

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.444 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2002

Audiência discute hoje a flexibilização da CLT

Sindicalistas e magistrados estarão presentes à reunião promovida pelas Comissões de Justiça e de Assuntos Sociais

Projeto de lei que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para garantir maior peso às decisões adotadas em negociações entre patrões e empregados será analisado hoje, a partir das 9h, em audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Aprovada pela Câmara dos Deputados em forma de substitutivo, a proposta apresentada pelo governo e agora em discussão na CCJ e na CAS preserva os direitos previstos na Constituição de 1988, mas abre espaço à negociação de temas como férias, 13º salário, repouso semanal e carga horária.

PÁGINA 3



Normas de segurança e saúde do trabalhador estão entre os pontos preservados pelo projeto



Fortalecer a fiscalização de empresas que negociam ações na bolsa de valores é um dos objetivos da medida

Plenário vota medida que aumenta poderes de fiscalização da CVM

PÁGINA 4

Comissão define grupos para analisar propostas contra violência

A Comissão Mista de Segurança define hoje, às 17h, os senadores e deputados integrantes de cada um dos sete grupos de trabalho encarregados de analisar os 246 projetos sobre segurança em tramitação no Congresso.

PÁGINA 4

Mãe de bebê prematuro pode ter licença maior

Projeto do senador Luiz Pontes será examinado amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável do relator, Tião Viana.

PÁGINA 5

Projeto garante prioridade a negro na oferta de bolsa

Comissão de Educação analisa hoje a proposta de Waldeck Ornélas, que se refere a bolsas de instituições filantrópicas.

PÁGINA 7

CAE vota fim da caução hospitalar para filiados a planos de saúde

Paulo Souto, autor da proposta, afirma que a exigência feita por hospitais e clínicas particulares é abusiva e contraria o Código de Defesa do Consumidor

Deverá ser votado hoje, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), projeto de lei de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA) que proíbe a cobrança de caução ou outra forma de depósito pelas clínicas e hospitais particulares contratados ou credenciados pelos planos de saúde para a internação ou o atendimento de beneficiário desses planos. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Segundo o autor do projeto, tais depósitos são atualmente exigidos geralmente para garantir o ressarcimento do prestador por eventuais procedimentos e medicações que o convênio se recusa a pagar. "Essas exigências – frisa

Paulo Souto – são excessivas, caracterizando-se como prática abusiva, segundo dispõe o Código de Proteção e Defesa do Consumidor em seu artigo 39, inciso V".

A CAE deverá analisar, também, projeto de autoria do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que altera a sistemática do salário-educacão, com parecer favorável do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), e projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que cria incentivos à aqüicultura (produção de

peixes e camarões, principalmente), também com parecer favorável do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Outro projeto que deve ser examinado pela CAE é o de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que pretende dar reforço orçamentário aos estados que dispõem de parte do seu território para conservação da natureza ou demarcação de área indígena. A proposta quer utilizar-se de 2% dos recursos do Fundo de Participação dos Esta-

Comissão também deve examinar projeto que compensa as unidades da Federação que mantêm áreas de preservação ambiental

Prestação de contas do Copom pode se tornar obrigatória

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá examinar, em sua reunião de hoje, projeto de resolução de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES) pelo qual o governo terá de enviar representantes à CAE para prestar contas das decisões adotadas no âmbito do Comitê de Política Monetária (Copom). O autor da proposta queria que as informações fossem prestadas logo após a reunião daquele colegiado do Executivo. Porém o relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), decidiu apresentar substitutivo limitando a prestação de contas – que poderá ser feita por qualquer membro do Conselho Monetário Nacional, ao qual o Copom está subordinado – a duas vezes por ano, em junho e dezembro.

Ao reconhecer o mérito da proposta, o relator levou em conta que a estabilidade econômica possibili-

ta a transparência crescente da gestão das finanças públicas, enfatizando que a política monetária é "um dos elementos fundamentais do funcionamento da economia, com reflexos nos indicadores de renda e de emprego".

A CAE deverá analisar, também, parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) contrário a projeto de resolução do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que pretende condicionar o cumprimento de contrato de acerto de débitos do estado de Santa Catarina com a União a decisão judicial sobre a situação patrimonial do banco daquele estado (Besc).

Consta também da pauta da CAE projeto de lei do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) visando alterar a sistemática de distribuição dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). O projeto recebeu



Paulo Hartung quer que o governo explique à CAE decisões do Comitê de Política Monetária

parecer contrário do senador Paulo Souto (PFL-BA). Ele não viu eficácia na proposta, que pretendia evitar o impacto de sazonalidades na distribuição de recursos daqueles fundos.

Também recebeu parecer contrário do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) projeto de lei de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que pretendia alterar o rateio de recursos do FPM, favorecendo

as regiões mais pobres em detrimento do Sul e Sudeste, que teriam sua participação reduzida dos atuais 51,73%, para 18%.

Ao relatar um outro projeto, de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que prevê a repactuação das dívidas municipais com a União, o senador Paulo Souto levantou dúvidas sobre sua constitucionalidade. O assunto deverá ser discutido na CAE.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2002

PRESIDENTE

RAMEZ TEBET

11h30 – Senador Pedro Simon, acompanhado de dirigentes da Central Geral dos Trabalhadores (CGT)

15h30 – Preside sessão deliberativa

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: MP nº 8/01, altera e acresce dispositivos à Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários; PDL nº 277/01, aprova permissão à Fundação Educativa Apoio para serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobradinho (DF); PDL nº 425/01, aprova concessão à Emissora Vale do Apodi Ltda. para serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apodi (RN); PDL nº 459/01, aprova concessão à Rádio e Televisão Rotioner Ltda. para serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba (PR); e Requerimento 711/01, solicita que sobre o PDL nº 145/01 seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

COMISSÕES

9h – Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Audiência pública para instruir o PLC nº 134/01, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelecendo a prevalência de convenção ou acordo coletivo de trabalho sobre a legislação infraconstitucional. Ala Alexandre Costa – Sala 3

10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: entre outros, PLS nº 53/00-Complementar, cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem em seus territórios unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

11h30 – Comissão de Educação
Pauta: entre outros, PLS nº 202/99, introduz modificações na Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

15h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: entre outros, PLS nº 239/00, veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

17h – Comissão Mista de Segurança
Pauta: reunião de trabalho. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: entre outros, Diversos nº 2/99, encaminha cópia da Decisão nº 898/98, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria nas embaixadas do Brasil em Helsinki, Kiev, Ancara e Atenas. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7

18h – Comissão Especial da Crise de Energia
Pauta: exposição do ministro Pedro Parente, presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Começa o debate sobre a reforma da CLT

Audiência pública da CAS e CCJ abre no Senado as discussões sobre projeto do Executivo que dá maior peso às negociações entre patrões e empregados referentes a salário, férias, 13º, repouso semanal e carga horária

O projeto de lei que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para garantir maior peso às decisões adotadas em negociações entre patrões e empregados, será analisado hoje, a partir das 9h, em audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para debater o tema, estarão presentes à audiência os presidentes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Hugo Cavalcanti Melo Filho; da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio Oliveira Santos; e de duas centrais sindicais, João Felício, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical. O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto, enviou seu depoimento por escrito.

Já aprovado pela Câmara em forma de substitutivo, o projeto, apresentado pelo Poder Executi-

vo e agora em discussão na CCJ e na CAS, preserva os direitos trabalhistas previstos na Constituição de 1988, questões regidas por lei complementar, normas de segurança e saúde do trabalhador e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Mantém ainda as disposições contidas na legislação previdenciária. Mas abre espaço à negociação, entre patrões e empregados, de temas como redução do salário, férias, 13º salário, repouso semanal e carga horária.

MERCADO

De acordo com exposição de motivos assinada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, a proposta objetiva flexibilizar princípios da atual CLT considerados rígidos pelo governo e ampliar o poder de negociação entre empregadores e empregados, para que possam determinar normas de procedimento mais adequadas à realidade de cada setor do mercado.

Telão transmitirá audiência sobre o projeto

Na qualidade de presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) solicitou à Presidência do Senado a instalação de telão, em sala vizinha ao colegiado, para transmitir a audiência pública que se realiza hoje, a partir das 9h, para debater o projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A audiência é uma iniciativa conjunta da CCJ e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Para justificar a solicitação, Bernardo Cabral afirmou já ter recebido 40 pedidos de reserva de lugares. A Comissão de Constituição e Justiça, no entanto, conta com apenas 24 cadeiras. Na presidência da sessão, o senador Edison



Bernardo Cabral recebeu 40 pedidos para reserva de lugar na audiência

Lobão (PFL-MA) reconheceu a relevância da audiência e ordenou a transmissão.

Segundo o senador Bernardo Cabral, a audiência pública reunirá representantes do Judiciário e dos trabalhadores.

SALÁRIO

A audiência conjunta deverá debater mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho, tais como a

possibilidade de redução do salário, das férias e do repouso semanal e o parcelamento do 13º salário. O projeto não permite negociações que contrariem a legislação tributária e previdenciária, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do vale-transporte e do programa de alimentação do trabalhador, bem como as normas de segurança e saúde.

Projeto mantém direitos previstos na Constituição

Estes itens não podem ser negociados:

Piso salarial

O salário não pode ser inferior ao salário mínimo.

FGTS e aposentadoria

Estão garantidos na forma atual, pois são previstos na Constituição.

Seguro-desemprego

É o Estado que paga o benefício, que não pode ser negociado.

Remuneração de serviço extra

Deve ser de, no mínimo, 50% sobre a remuneração normal.

Salário-família

Não pode ser alterado, e está previsto na legislação previdenciária.

Licença-maternidade

Continua de 120 dias sem prejuízo para o salário, segundo a Constituição. Pode-se negociar, no entanto, a divisão desse período.

Licença-paternidade

Continua o prazo de cinco dias.

Estabilidade da gestante

A Constituição proíbe a dispensa da gestante a partir da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Multa por despedida sem justa causa

Lei complementar prevê multa rescisória sobre o saldo do FGTS para esses casos.

Estabilidade de dirigente da CIPA ou sindical

Está mantida a partir do registro da candidatura até um ano após o mandato.

Vale-transporte e Programa de Alimentação do Trabalhador

Direitos garantidos em lei ordinária.

Itens que podem ser negociados entre patrões e empregados, segundo o projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

- **Redução do salário:** Se houver acordo, os salários podem ser reduzidos para atender às necessidades das partes. A Constituição já admite essa possibilidade, ressalvando que somente poderá ser definida em acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- **Férias:** Pode haver divisão. Atualmente, as férias podem ser repartidas em dois períodos, de 20 e 10 dias. O projeto permite a mudança dessa regra, por meio de negociação. Não é permitido, no entanto, alterar o valor pago referente ao adicional de férias, de um terço a mais que o salário normal.
- **13º salário:** Pode-se negociar a forma de pagamento, mas é proibido reduzir o valor do benefício, de um salário mensal bruto.
- **Repouso semanal:** Pode ser negociado, uma vez que a Constituição obriga o repouso semanal preferencialmente aos domingos.
- **Carga horária:** A jornada de trabalho diária prevista na lei, de 10 horas no máximo (sendo oito normais e duas extras) pode sofrer alteração, mas não se pode aumentar a jornada semanal (horas normais), de 44 horas.
- **Banco de horas:** Pela atual legislação, as horas trabalhadas a mais devem ser compensadas no período máximo de 12 meses. O projeto permite alongar esse prazo mediante acordo.
- **Hora noturna:** É permitido aumentar a hora noturna dos atuais 52 minutos e 30 segundos para um total de 60 minutos.
- **Registro na carteira de trabalho:** Projeto permite estender o prazo máximo, hoje fixado em 48 horas.
- **Trabalho noturno:** A hora noturna, que tem atualmente um adicional de 25%, pode ter esse valor alterado.
- **Participação nos lucros:** A forma de pagamento da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas pode ser negociada. Atualmente, esse pagamento é feito no máximo em duas parcelas, no período de um ano.

Comissão de Segurança define grupos de trabalho

Propostas serão divididas em sete áreas e análise deve começar pelas consideradas consensuais, ficando as polêmicas para o final

A Comissão Mista de Segurança define hoje, às 17h, os senadores e deputados integrantes de cada um dos sete grupos de trabalho encarregados de analisar os 246 projetos sobre segurança em tramitação no Congresso.

Os grupos tratarão da repressão aos crimes dolosos contra a vida e o patrimônio; de alterações na Lei de Execução Penal; do crime organizado, narcotráfico e lavagem de dinheiro; da estrutura da segurança pública; de ações preventivas; de programas, planos e recomendações ao governo federal, e da agilização do processo penal.

De acordo com o relator, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), a comissão deverá começar os seus trabalhos votando as propostas mais próximas do consenso entre os parlamentares. As propostas consensuais serão reunidas em relatórios preliminares, enquanto os projetos mais polêmicos e de tramitação mais difícil – como os que restringem o porte de armas e os

Iris Rezende preside a Comissão Mista de Segurança, que tem 246 propostas para analisar



que tratam da unificação das polícias Civil e Militar – ficarão para o final do prazo de 60 dias definido como limite para a atuação da comissão.

Entre os projetos a serem analisados pela comissão, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), encontram-se propostas que diminuem a maioria penal de 18 para 16 anos, que instituem programas de proteção à testemunha, tratam

de penas alternativas, do benefício da progressão de regime e da revisão das penas, e restringem o porte de armas de fogo. Há ainda propostas que ampliam a tipificação dos chamados crimes hediondos. Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Carlos Patrocínio (PTB-TO) apresentaram propostas semelhantes que qualificam como hediondos os crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes.

CRE analisa mudança de idade para transferência de militar à reserva

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vão examinar hoje o relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável a projeto que altera artigo do Estatuto dos Militares sobre as idades-limite para que os oficiais sejam transferidos para a reserva remunerada. A proposta é originária do Ministério da Defesa e já foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

De acordo com o governo, a intenção do projeto é a de atualizar as idades à recente reestruturação dos quadros das Forças Armadas e também corrigir distorções observadas nas regras para a passagem dos militares para a inatividade remunerada. “A medida ocasionará redução de despesa da União com o pagamento de proventos para os militares e quadros do comando da Marinha e da Aeronáutica, já que prevê o aumento do



Romeu Tuma deu parecer favorável à proposta originária do Ministério da Defesa

tempo médio de permanência do militar no serviço ativo em oito anos”, diz o texto da justificativa.

Além desse item, a CRE deve analisar 17 projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos internacionais firmados pelo Brasil. Todos contam com parecer favorável dos relatores. O projeto que aprova o texto do

Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio, que recebeu voto favorável do relator, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), conta, no entanto, com voto em separado do senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

Três projetos tratam de acordos realizados com o Paraguai: um estabelecendo regras sobre a transferência de pessoas condenadas e de menores sob tratamento especial, outro definindo normas para conservação da fauna aquática nos cursos dos rios limítrofes entre os dois países e um terceiro que aprova o texto do acordo de cooperação mútua entre Brasil e Paraguai para combater o tráfico de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas.

A comissão é presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) e a reunião está marcada para as 17h30.

Plenário vota medida que aumenta poderes da CVM

O Plenário do Senado Federal vota hoje a medida provisória que aumenta os poderes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O objetivo da medida é fortalecer a fiscalização das empresas de capital aberto e dos investidores do mercado de capitais, adequando o papel da CVM ao previsto na nova Lei das Sociedades Anônimas.

De acordo com a MP, em vigor desde 31 de outubro do ano passado, a CVM tem autoridade administrativa independente e não está hierarquicamente subordinada a nenhum outro órgão. A MP também confere à entidade autonomia financeira e orçamentária.

A MP determina ainda que o presidente e os quatro diretores da CVM serão nomeados pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

Seus mandatos serão de cinco anos, proibida a recondução.

A MP estabelece também que a CVM deverá editar normas gerais sobre as condições para obter autorização ou registro necessário ao exercício das atividades de corretagem de valores mobiliários. Também deverá fixar as condições de constituição e extinção de bolsas de valores.

Completam a ordem do dia de hoje três projetos de decreto legislativo. O primeiro outorga permissão à Fundação Educativa Apoio para transmitir em frequência modulada (FM) em Soledade (DF). O segundo outorga concessão à Emissora Vale do Apodi para funcionar em ondas médias (OM) em Apodi (RN). O terceiro outorga concessão à Rádio e Televisão Rotioner para transmitir sons e imagens em Curitiba (PR).

Estímulo à energia solar em edifícios vai a votação

Em decisão terminativa, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa na reunião de hoje, a partir das 15h, projeto de lei do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que incentiva a adoção do uso de energia solar em edifícios residenciais para aquecimento de água para banho, como forma de economizar energia elétrica. A proposta tem apoio do relator, senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

Segundo Ademir, os chuveiros elétricos são responsáveis por grande parte do consumo de energia nas residências. A substituição desses chuveiros por um sistema que use a energia do sol, acredita o senador, representaria uma utilização mais racional da energia produzida nas hidrelétricas e termelétricas nacionais. Além disso, destaca Ademir, a maioria das regiões brasileiras dispõe de luz solar em abundância e, por isso, municípios médios e grandes deveriam adotar essa diretriz como parte de sua política de desenvolvimento urbano.

A reunião da CI, presidida pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI), tem mais seis itens em sua pauta, como o projeto de lei do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que impede a implantação do horário de verão em Goiás, Tocantins e no Distrito Federal. O senador Mau-



Ademir Andrade quer utilização mais racional da energia produzida nas hidrelétricas e termelétricas

ro Miranda (PMDB-GO) recomenda a aprovação da matéria em caráter terminativo. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) apresentou voto em separado.

Outros dois projetos na pauta da CI alteram o Plano Nacional de Viação de modo a mudar o traçado de duas rodovias (BR-080 e BR-242) no estado de Mato Grosso. O autor das propostas, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), tem o apoio dos relatores, senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Jonas Pinheiro (PFL-MT), que recomendam a aprovação dos projetos em caráter terminativo.

Projeto cria cota para índios no serviço público

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou projeto que garante aos índios brasileiros 1% de todos os cargos e empregos da administração pública da União, dos estados e dos municípios. Os índios também terão direito a preencher o mesmo percentual das vagas dos cursos superiores de qualquer instituição, inclusive particulares. Os indígenas passarão a receber no mínimo 1% das bolsas de estudo oferecidas no país.

Ao apoiar as nações indígenas com empregos públicos e oportunidades nos cursos superiores, o Brasil estará pagando "apenas uma parcela" da grande dívida social que tem com os índios, argumenta o senador. Vítimas de invasão de terras, desnutrição, doenças, falta de medicamentos, disseminação de bebidas alcoólicas e da perda de identidade cultural, os indígenas brasileiros tiveram sua população reduzida de 6 milhões, à época da chegada dos portugueses, para cerca de 280 mil atualmente, conforme Tião Viana.

CHANCES

Dos 280 mil índios do país, apenas 40 mil vivem nas cidades e eles não têm chances de conseguir empregos públicos e muito menos estudar em universidades, de acordo com o senador. Para superar o fraco desempenho escolar dos índios, o projeto determina que as escolas superiores adotarão medidas para melhorar a qualidade acadêmica desses novos estudantes.

A proposta busca valorizar a população e a cultura indígena, exigindo que os livros didáticos eliminem qualquer conteúdo equivocado sobre a história e a cultura dos índios brasileiros. Com a mesma finalidade, o Estado terá de promover campanhas informativas e educativas que valorizem a cultura do índio. Em outro ponto, o projeto determina que os partidos políticos criem mecanismos de incentivo à candidatura de índios a postos eletivos. O governo terá 180 dias para aplicar a lei, caso o Congresso aprove o projeto.

Licença-maternidade pode ser maior para as mães de bebês prematuros

Projeto incluído na pauta da Comissão de Assuntos Sociais tem parecer favorável do relator, senador Tião Viana. Segundo ele, medida contribuirá para redução da mortalidade infantil

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina amanhã projeto de lei de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) ampliando a licença-maternidade para as mães de bebês prematuros. O período a ser acrescido será o número de semanas equivalente à diferença entre as 37 semanas de um bebê normal e a idade gestacional do prematuro, devidamente comprovada em exame clínico.

Em seu parecer favorável, o senador Tião Viana (PT-AC) argumenta que, entre as doenças fatais que incidem sobre a taxa de mortalidade infantil de crianças de até 1 ano de idade, estão aquelas rela-



Proposta de iniciativa de Luiz Pontes será examinada nesta quarta-feira

cionadas com o período perinatal, compreendido entre o pré-parto e o posterior ao parto. Esse período é maior nos partos prematuros do que nos normais.

Segundo Tião Viana, por esses motivos o recém-nascido pre-

turo que receber cuidados maternos mais prolongados terá melhores chances de sobrevivência, visto que, em função da precocidade de seu nascimento, encontra-se mais fragilizado do que as crianças nascidas a termo.

Segundo estatísticas da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), a adoção de um período maior de aleitamento materno – de 4,5 meses para sete meses – no período de 1989 a 1996, contribuiu para a redução de 20% da desnutrição infantil e de 50% na taxa de mortalidade infantil causada pela diarreia, disse.

Para o senador acreano, uma maior proteção materna aos bebês prematuros também terá impacto na queda dos índices nacionais de mortalidade infantil, que em 2000 foi de 35,2 por 1.000 crianças nascidas vivas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Suplicy lança amanhã livro sobre renda básica

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lança amanhã, em Brasília, o livro *Renda de Cidadania – A Saída é pela Porta*, em que trata da renda básica no Brasil e no mundo e explica a tese, há anos defendida por ele, da adoção da medida no país. "Pode-se criar um sistema



Eduardo Suplicy defende no Senado, desde 1991, a adoção da medida

pelo qual se recolha mais dos que mais têm, a fim de então se assegurar a todos o suficiente para viver com dignidade", resume Suplicy no livro.

– Quem não trabalha também tem direito a uma parte da riqueza social. Primeiro, porque quem não trabalha pode estar sendo impedido de trabalhar. Depois, porque é necessário para a paz interna da sociedade que não haja miséria nem desigualdades profundas – explica ele.

Para justificar e fundamentar a necessidade da garantia de uma renda mínima a todas as pessoas, Suplicy recorre a numerosas citações da Bíblia e de pensadores como Karl Marx, Aristóteles, Milton Friedman, Thomas Malthus, Adam Smith, Thomas More e Celso Furtado, entre muitos outros. As reflexões do sena-

dor também são apoiadas por uma seleção de textos e estudos sobre o assunto e por dados estatísticos.

Sempre embaçado por grandes autores, o livro também faz análise da formação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil e apresenta o histórico

da idéia da renda mínima no país.

Suplicy ainda detalha sua posição favorável a que a renda básica seja conferida em dinheiro, ao invés de medidas assistenciais como a distribuição de cestas de alimentos: "Se o objetivo é erradicar a fome e a miséria, é preciso compreender que a pessoa pobre necessita mais do que matar a fome. Se está fazendo frio, precisa comprar um agasalho ou um cobertor", escreve Suplicy. "O pagamento em dinheiro propicia muito maior eficiência, grau de liberdade, menor possibilidade de desvios e economia de tempo para as pessoas", continua.

Renda de Cidadania é uma publicação da Editora Perseu Abramo e da Cortez Editora. A noite de autógrafos será no restaurante Carpe Diem (104 Sul), às 19h30.

Viana quer acabar com uso e fabricação de DDT no Brasil

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado vota amanhã projeto de lei do senador Tião Viana (PT-AC) que proíbe a fabricação, importação, exportação, manutenção em estoque, comercialização e uso do diclorodifeniltricloreto, conhecido como DDT. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Osmar Dias (PDT-PR).

O DDT é um inseticida sólido, cristalino, incolor

e de poderoso efeito, cujo uso foi proibido em mais de 20 países, em razão dos danos que pode produzir no organismo humano, sobretudo no sistema nervoso.

CRIANÇAS

Conforme Tião Viana, no Brasil, o uso desse inseticida está proibido desde 1985, mas persistem grandes estoques que não foram destruídos, daí por que seu uso ainda não foi totalmente interrompido. Ele ressalta que crianças expostas ao DDT podem atingir precocemente a puberdade, em consequência da ação do pesticida, proibido há décadas na Europa e Estados Unidos.

Citando pesquisadores especializados no assunto, ele disse que, nos países onde o DDT ain-



Conforme Tião Viana, mesmo proibido em 1985, produto ainda é utilizado no país

da é usado para combater mosquitos, constata-se a antecipação da menstruação nas meninas. Um desses pesquisadores constatou que várias meninas vindas de 22 países onde se usa o DDT começaram a menstruar antes dos 10 anos de idade e a desenvolver mamas quando tinham 8 anos.

O senador acreano reconheceu que, no pós-guerra, o DDT provocou verdadeira revolução agrícola, garantindo a produtividade das principais culturas. Ele lembrou que o inseticida foi muito utilizado, nas últimas décadas, no Brasil, no controle de vetores de doenças humanas, especialmente a malária, mas alertou para a necessidade de garantir a proibição do seu uso.

Jucá diz que país avançou na ajuda aos necessitados

Senador destaca balanço das ações sociais do governo feito pelo presidente Fernando Henrique em entrevista a "O Estado de S. Paulo"

O Brasil avançou significativamente na assistência aos necessitados e no resgate das famílias mais pobres, a fim de acabar com a exclusão social. A afirmação foi feita pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) ao pedir a transcrição nos Anais do Senado de entrevista que, durante o recesso parlamentar, o presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu ao jornal *O Estado de S. Paulo*, com o título "Investimento social nunca foi tão alto".

Na opinião de Jucá, o presidente fez um valioso balanço das ações do governo, pondo em relevo a rede de proteção social implementada no país. Na entre-



Romero Jucá homenageou os servidores e a direção da Caixa Econômica Federal

vista, Fernando Henrique mencionou os programas bolsa-escola, bolsa-alimentação, vale-gás, seguro-renda e o programa destinado a erradicar o trabalho infantil.

Jucá referiu-se ainda à previ-

dência rural, paga a milhares de agricultores que não têm mais condições de trabalhar. No mesmo discurso, ele homenageou os servidores e a direção da Caixa Econômica Federal (CEF), organismo que opera inúmeros programas sociais, mediante cartões eletrônicos, como os cartões bolsa-escola e bolsa-alimentação.

O senador disse que é graças ao trabalho da CEF que inúmeros brasileiros têm sido efetivamente atendidos nas localidades mais longínquas do país, como no interior de Roraima.

— Portanto, quero parabenizar a Caixa e registrar a entrevista do presidente, pedindo a transcrição da matéria — acrescentou.

Patrocínio elogia coligação pró-Ciro Gomes

O senador Carlos Patrocínio (TO), líder do PTB no Senado, destacou o compromisso de coligação assumido por seu partido com o PDT e o PPS em apoio à candidatura do ex-ministro Ciro Gomes a presidente da República. Patrocínio afirmou que "a disputa pela Presidência começou a esquentar após a formação dessa primeira pretensa coligação".

Apesar de revelar preocupação com o poder da televisão em influenciar os índices de popularidade dos candidatos, o senador manifestou sua expectativa de crescimento da candidatura Ciro Gomes quando este tiver suas primeiras inserções televisivas. "O



Patrocínio: "Estamos deixando que a mídia seja mediadora da eleição presidencial"

sujeito é bom ou ruim, é capaz ou incapaz tanto quanto apareça na televisão. Nós estamos deixando que a mídia seja mediadora de algo tão importante como a eleição para presidente da Repúbli-

ca", alertou.

— Assim que Ciro Gomes começar a aparecer na mídia televisiva, ele vai subir muito e vai certamente ocupar os primeiros lugares em intenção de voto — afirmou.

Patrocínio elogiou o plano de governo de Ciro, dizendo-o "arrojado" na valorização da poupança interna, na diminuição da dependência do capital especulativo internacional e nas perspectivas para o setor produtivo. Segundo o senador, o plano também "contempla o terço da população brasileira, mais de 50 milhões de pobres e miseráveis, que não tem tido ao longo dos anos o beneplácito do governo federal".

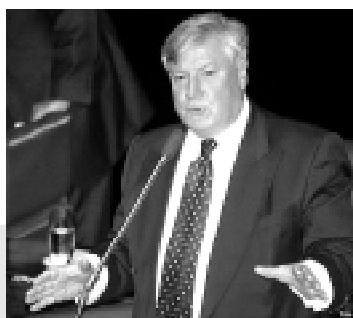
TSE dá duplo mandato a Amir Lando

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, na noite de sexta-feira, diplomar o senador Amir Lando (PMDB-RO) como eleito no pleito de 1994, quando ficou em terceiro lugar. O primeiro, o ex-senador Ernandes Amorim — que renunciou ao mandato no Senado ao ser eleito prefeito de Ariquemes (RO) —, foi cassado ano passado pelo próprio TSE por abuso de poder político e econômico na campanha eleitoral.

Ocorre que Lando — terceiro lugar na eleição de 1994, que elegia dois senadores por estado — foi

eleito para o Senado no pleito seguinte, realizado em 1998. O senador, que tem ainda cinco anos de mandato por essa eleição, decidiu renunciar aos 11 meses de mandato decorrentes da eleição de 1994. Em seu lugar, assume seu suplente, o produtor rural e comerciante Francisco Sartori (PSDB).

Com a cassação de Ernandes Amorim, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Rondônia diplomou, em junho do ano passado, o quarto colocado na eleição de 1994, o petista Eduardo Valverde. Mas o ministro Nelson Jobim, do



Amir Lando abriu mão dos 11 meses do mandato de 1994. Francisco Sartori assume vaga

Supremo Tribunal Federal (STF) e também do TSE, cassou a diplomação.

Vasco Furlan é empossado na vaga de Bornhausen

O senador Vasco Fernando Furlan (PPB-SC) prestou ontem juramento para assumir a vaga aberta pelo senador licenciado Jorge Bornhausen (PFL-SC). A solenidade de posse foi conduzida pelo vice-presidente do Senado Federal, Edison Lobão (PFL-MA), que designou os senadores Paulo Souto (PFL-BA) e José Coelho (PFL-PE) para conduzirem Furlan ao Plenário. O senador foi dirigente partidário, vereador, deputado estadual e deputado federal por Santa Catarina.

Em seu discurso de posse, o parlamentar disse que suas maiores preocupações estão dirigidas a questões como êxodo rural, dívidas do setor agrícola, moralidade administrativa, maior celebridade da Justiça, reforma tributária, segurança pública e melhor distribuição de renda com políticas compensatórias para corrigir desigualdades regionais e sociais. Ele também defendeu o amparo institucional às exportações.

COLIGAÇÃO

Como membro da Comissão de Justiça, Vasco Furlan foi relator da cassação dos chamados "anões do Orçamento" e, como secretário do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), foi um dos criadores da Universidade Latino-Americana e do Caribe (UlaC).

Vasco Furlan informou que sua presença no Congresso Nacional decorre de uma coligação que em

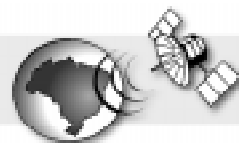


Vasco Furlan aponta o desempenho econômico de Santa Catarina

1998 elegeu Esperidião Amin ao governo do estado de Santa Catarina e Jorge Bornhausen ao Senado. Furlan acrescentou que a coligação, por meio de um trabalho de recomposição administrativa e financeira de Santa Catarina, "devolveu ao povo barriga-verde a auto-estima e a confiança", afirmou.

O parlamentar citou pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em que Santa Catarina é apontado como o estado que apresentou em 2001 a melhor performance econômica, com destaque para os setores metal-mecânico, agroindustrial, cerâmico, fruticultor, têxtil e tecnológico. Furlan, que já foi diretor do Banco de Desenvolvimento da Região Sul (BDRE), ressaltou o papel que essa instituição financeira vem desempenhando como parceira do progresso do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul ao longo de quatro décadas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Alcoolismo — Parte 2
6h30 — Entrevista Especial — O sen. Lúcio Alcântara e a deputada federal Zulaiê Cobra falam sobre segurança pública
7h30 — Entrevista — O sen. Amir Lando fala sobre segurança pública
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
8h30 — As Cores do Mundo — Programa 20
9h — Reunião conjunta — Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição Justiça e Cidadania (vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Comissão Mista de Segurança Pública e Violência (vivo)
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Comissão de Infra-Estrutura (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — Senado Notícias em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
13h30 — Tanto Mar — Música em língua portuguesa pelo mundo
14h15 — Senado Notícias — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — Voz do Brasil
20h — Música, informação e serviços
20h30 — Tanto Mar — Música em língua portuguesa pelo mundo (reapresentação)
22h — Senado Notícias — Edição da Noite
23h — Jazz e Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Projeto estimula concessão de bolsa de estudo a negros

Conforme proposta a ser analisada pela Comissão de Educação, instituições filantrópicas darão prioridade aos afrodescendentes ao conceder o benefício

A Comissão de Educação (CE) analisa hoje projeto do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que estabelece prioridade aos negros na concessão de bolsas de estudo por parte de instituições de ensino classificadas como entidades filantrópicas. Entre os 25 itens na pauta do colegiado, encontram-se também as propostas de regionalização dos programas de rádio e televisão e de criação



Waldeck Ornelas, autor do projeto, quer o estabelecimento de uma política de ação afirmativa

de subcomissão permanente para acompanhar os esportes.

Com o projeto, que recebeu parecer favorável do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), Ornelas pretende beneficiar estudantes afrodescendentes do segundo grau e universitários com a maior parte dos R\$ 800 milhões anuais movimentados em bolsas pelas instituições filantrópicas. O senador propõe o estabelecimento de

uma política de ação afirmativa em favor da população negra.

Volta hoje à pauta da comissão projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que amplia o espaço das produções locais em programas de rádio e televisão. De acordo com o substitutivo elaborado pelo relator da proposta, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), as emissoras de televisão deverão dedicar à veicu-

lação da cultura local e regional 30% – o projeto original previa 50% – da programação transmitida entre 18h e 22h. As emissoras de rádio deverão seguir a mesma regra entre 6h e 18h. O substitutivo prevê prazo de cinco anos para as empresas adaptarem-se à nova legislação.

DESPORTOS

Por sugestão da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou o futebol brasileiro, a Comissão de Educação vai apreciar requerimento que institui, de forma permanente, a Subcomissão de Desportos. Segundo o requerimento, ela deverá acompanhar programas, planos e políticas governamentais para o setor.

Estarão ainda em pauta projetos que prevêem o controle de autenticidade das cópias de obras audiovisuais, a instituição do Dia Nacional da Defensoria Pública, a mudança do nome de ponte localizada no Rio Grande do Sul e a criação de programa de orientação sexual, além de projetos de concessão ou autorização de funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Cota em universidade estadual para aluno de instituição pública é discutida

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguarda o final do prazo para o recebimento de emendas ao projeto de lei do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que destina 50% das vagas nos cursos de graduação das universidades públicas estaduais aos alunos de escolas públicas estaduais de ensino médio. A proposta estabelece que terão direito ao benefício os alunos que tenham cursado os três anos do ensino médio em escolas públicas, mas não os dispensa da aprovação no vestibular.

Segundo Carlos Wilson, os alunos oriundos de escolas particulares têm desempenho melhor e mais efetivo nos exames vestibulares do que os alunos de escolas públicas. “Isso se deve principalmente ao fato de que o ensino público é insuficiente e mal equipado, os professores são mal re-



Carlos Wilson: sem o benefício, alunos de escola pública serão definitivamente alijados do ensino superior

munerados e o resultado disso é que os alunos das escolas públicas, paradoxalmente, são excluídos das universidades públicas”, argumenta.

O senador assinala que alunos de escolas públicas também enfrentam uma série de dificuldades que os impede de ter uma preparação adequada e específica para o vestibular. Com isso, continuou, são atraídos precocemente para o mercado de trabalho e ficam em desigualdade de condições com

alunos de escolas particulares.

– Caso não seja assegurado aos alunos egressos das escolas públicas o acesso às universidades públicas estaduais, esses alunos estarão definitivamente alijados do ensino superior por não poderem pagar as altas anuidades das universidades particulares, ou restará a eles um ensino superior fraco, caro e inútil porque feito com tantas dificuldades que impedem o aprendizado adequado – afirma o senador.

Carlos Bezerra: greve de professores não pode impedir a matrícula em universidade do aluno que passar no vestibular



Estudante de escola em greve pode ter matrícula garantida

Encontra-se na Comissão de Educação (CE) projeto que pode ser a solução para vestibulandos que, devido a greves de professores e funcionários de escolas, são impedidos de obter, e apresentar no prazo exigido (30 dias) pela universidade, o certificado de conclusão do ensino médio. O projeto, de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), assegura a matrícula do estudante do último ano do segundo grau que tenha passado no vestibular e cuja formatura tenha sido atrasada por motivo de greve dos docentes. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) pediu vistas pelo prazo

de cinco dias, de acordo com o regimento.

Em defesa do projeto, Carlos Bezerra afirmou que a situação atual é injusta, pois os estudantes já enfrentam as pressões decorrentes da escolha profissional, do próprio desempenho no vestibular e ainda são obrigados a adiar planos e enfrentar novo exame devido ao atraso na obtenção do diploma de nível médio. “À necessidade de conviver com as indefinições trazidas pelas greves docentes somam-se os prejuízos trazidos pela interrupção do processo de aprendizagem”, acrescentou.

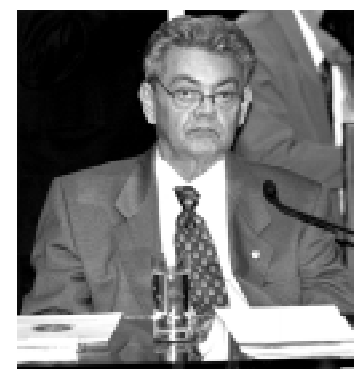
Ronaldo cobra diálogo com grevistas da UEPB

O senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) fez ontem apelo para que o governador José Maranhão e as demais autoridades, tanto da área da educação como da fazenda, conduzam de maneira “responsável, amistosa e célere” uma negociação justa para os docentes e funcionários da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em greve há cerca de cinco meses.

– O que querem os grevistas? Apenas o diálogo, nada mais que o diálogo. Infelizmente, o governador se mostra insensível e se recusa terminantemente a discutir o problema, como se nada existisse – lamentou Ronaldo.

O movimento grevista da UEPB, de acordo com o senador, tem como fundo a reivindicação salarial, “justa e imprescindível”, pois se trata da instituição pública de ensino superior que apresenta os mais baixos salários do Brasil. Um auxiliar de ensino daquela universidade recebe R\$ 272 mensais, atingindo um teto de cerca de R\$ 2.600 quando se torna titular, apesar do título de doutor e dedicação exclusiva à universidade, afirmou.

Em consequência da intransi-



Segundo Ronaldo, governo da Paraíba é insensível com professores e funcionários em greve

gência do governador, disse Ronaldo, mais de 28 mil vestibulandos e 12 mil formandos estão sendo prejudicados pela suspensão das atividades seletivas e acadêmicas da UEPB.

DEPRESSÃO ECONÔMICA

Ronaldo Cunha Lima destacou ainda que, além da greve na sua principal universidade, a Paraíba sofre “significativa depressão econômica”, que atinge algumas das suas cidades, como Campina Grande, Guarabira, Sousa, Catolé do Rocha e Lagoa Seca, nas quais a atividade estudantil representa geração de riqueza e emprego relevante para a comunidade.

Mozarildo pede investimentos contra desigualdade regional

Pesquisa do IBGE citada pelo senador mostra que o Brasil continua entre os países com pior distribuição de renda no mundo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu uma maior atuação do governo na indução de investimentos nas regiões mais pobres do país, visando à geração de empregos e ao aumento da renda. Ele lamentou que o Brasil continue a apresentar alto índice de desigualdade, segundo constatou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1992 a 1999, divulgada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

— São necessários investimentos firmes em educação, que influi na renda das pessoas, na saúde da população mais carente e no saneamento básico. Também são fundamentais políticas que visem inibir as demonstrações discriminatórias, que prejudicam segmentos da população em função da cor ou de sexo, ou que impeçam a ascensão social de qualquer cidadão — afirmou.

Apesar das melhorias apresentadas pelo estudo da Fundação IBGE, intitulado Síntese de Indicadores Sociais 2000, o senador destacou que o Brasil continua



Para Mozarildo, são necessários investimentos em educação, saúde e saneamento básico

situado entre os países com pior distribuição de renda no mundo. Alguns dos indicadores apresentados pelo estudo apontam aumento no número de crianças na escola, queda na taxa de mortalidade infantil, menor número de analfabetos, crescimento na expectativa de vida e aumento na renda média da população.

Por outro lado, o mesmo estudo, segundo Mozarildo Cavalcanti, constatou que a distribuição de riquezas entre 1992 e 1999 continua desigual. Um exemplo citado pelo senador, e que foi tema de matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 5 de abril

do ano passado: os mais pobres que moram na região metropolitana de São Paulo não são tão pobres quanto os de outras partes do país.

O IBGE observou, disse o senador, que os mais pobres de São Paulo — e que constituem 40% da chamada População Economicamente Ativa (PEA) — ganham em média R\$ 257,70, bem mais do que o valor do salário mínimo em vigor até março. “No restante do país, o salário médio desse grupo mal chega ao mínimo”, comparou Mozarildo.

Outro dado citado pelo senador foi que o levantamento da distribuição de riquezas entre 1992 e 1999 apurou que o rendimento dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres cresceu na mesma proporção; isso significa que, com o aumento populacional, em números absolutos, o fosso aumentou. “Pelo visto, continua valendo a expressão ‘Belíndia’ (mistura da pequena e rica Bélgica e da populosa e pobre Índia) aplicada ao Brasil em 1974 pelo economista Edmar Bacha”, comentou Mozarildo Cavalcanti.

Nova estrutura da Chesf atende às preocupações do Nordeste, diz Souto

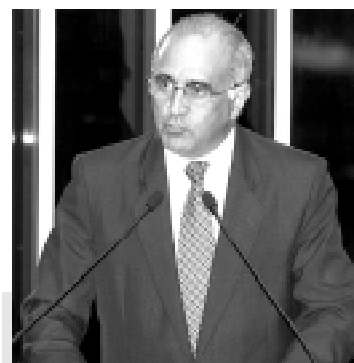
O senador Paulo Souto (PFL-BA) disse ontem que a reestruturação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) atende às principais preocupações regionais relacionadas à utilização das águas do Rio São Francisco. A nova estrutura da empresa foi apresentada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 8 de janeiro, em encontro com a maioria dos governadores do Nordeste, informou o senador, que também participou do evento.

A Chesf será dividida em três empresas. Uma de transmissão, para desverticalizar o setor; as outras duas ficarão com os ativos do parque gerador da Chesf — uma delas com a Usina de Xingó e

outra, que será uma empresa pública e se denominará Companhia de Desenvolvimento Hídrico do Nordeste, cuidará de todas as usinas restantes da Chesf, explicou Paulo Souto.

Segundo o senador, a nova companhia, além de gerar energia, terá como objetivo principal a gestão do aproveitamento hídrico em todo o Nordeste e contará com a disponibilidade de recursos por ela gerados, calculados em cerca de R\$ 1 bilhão por ano.

— Materializada essa medida, talvez consigamos, afinal, falar na possibilidade, que há tanto tempo defendo, de elaborar e executar um Plano Decenal de Recursos Hídricos para o Nordeste, que



Paulo Souto participou do encontro de Fernando Henrique com governadores nordestinos

ultrapasse os períodos governamentais de quatro anos, evitando a cada governo o começo de programas sem qualquer continuidade — afirmou.

Maria do Carmo propõe incentivo à criação de peixes

Os governos federal e estaduais e as prefeituras terão de incentivar a criação de estações de biologia e aqüicultura e executar programas de apoio aos pequenos produtores rurais que queiram instalar tanques ou represas para criação de peixes. Projeto com essa determinação foi apresentado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Com as estações, acredita a senadora, será possível repovoar os rios, enquanto os criatórios de peixes, crustáceos e moluscos aumentarão a renda dos brasileiros, principalmente na Região Nordeste. Maria do Carmo lembra que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação tem alertado que a exploração intensiva da pesca no mundo está provocando a exaustão dos pesqueiros naturais.

— A aqüicultura é de especial importância para pequenos produtores,



Maria do Carmo aponta aqüicultura como fonte de renda e alimento saudável para pequeno produtor

res, pois, além de uma fonte de renda adicional, garante alimentação saudável — diz a senadora.

O projeto, enviado ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, estabelece ainda que os governos concederão incentivos para a criação de estações de aqüicultura particulares.

Projeto aumenta recursos para estimular o turismo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá avaliar, em sua reunião de hoje, parecer do senador Lauro Campos (PDT-DF) favorável a projeto de lei, apresentado em 1999 pela então senadora Luzia Toledo, que determina a canalização de recursos procedentes das tarifas de embarque internacional e do adicional de tarifa aeroportuária para o Fundo Geral de Turismo (Fungetur).

A proposta recebeu emenda do senador Moreira Mendes (PFL-RO), destinando o mínimo de 70% dos recursos do fundo à promoção turística do Brasil no exterior, visando, com isso, melhorar a imagem do país e atrair novos fluxos de turistas estrangeiros.

Também está na pauta da CAE proposta de Moreira Mendes que cria o Fundo Nacional de Segurança Pública (Funseg) com a finalidade de propiciar recursos e meios para financiar e apoiar programas e atividades destinados à modernização e ao aprimoramento do aparelho policial do país, no âmbito dos estados e do Distrito Federal. Contudo, o relator da matéria, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), disse não estar certo sobre a constitucionalidade da medida, e propôs seu encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e



Lauro Campos deu parecer favorável ao projeto que destina recursos ao Fungetur

Cidadania, para análise da questão.

O fundo, pelo que prevê o projeto, seria composto por diversas fontes de recursos, entre elas dotações orçamentárias da União; doações, contribuições de organismos ou entidades nacionais ou estrangeiras; e 3% do montante arrecadado pelas loterias promovidas pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Está prevista ainda a análise, pela CAE, de projeto de lei de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), criando estímulos à produção de castanha por meio do Fundo de Apoio à Cultura da Castanha do Brasil (Funcab). A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador José Agripino (PFL-RN).